

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E REFLEXÕES A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ALGUMAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JUARA E O SEU ENVOLVIMENTO COM A VI MOSTRA CIENTÍFICA E CULTURAL DO VALE DO ARINOS

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio¹
leal@unemat.br

Resumo

As reflexões aqui apresentadas fazem parte da experiência desenvolvida em três escolas públicas de Juara no momento de intervenção do Estágio Curricular do Curso de Pedagogia da UNINTER, e, que foram apresentadas na VI Mostra Científica e Cultural do Vale do Arinos que foi realizada na Praça dos Colonizadores de Juara, nos dias 19 a 20 de outubro de 2017, organizada pelo LEAL (Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal/CNPq/Unemat). Este texto apresenta experiências pedagógicas de três escolas públicas de Juara, sendo duas da rede estadual e uma municipal. O objetivo foi o de aproximar a universidade dessas escolas durante a Mostra Científica.

Palavras-chave: Construção do Conhecimento; Conhecimento Científico; Popularização da Ciência.

Abstract

The reflections presented here are part of the experience developed in three public schools in Juara at the time of intervention of the Curricular Internship of the UNINTER Pedagogy Course, and which were presented at the VI Scientific and Cultural Exhibition of the Arinos Valley, held in Praça dos Settlers of Juara, on October 19-20, 2017, organized by LEAL (Laboratory of Studies and Research on Diversity of Legal Amazon / CNPq / Unemat). This text presents pedagogical experiences of three public schools in Juara, two of the state and one municipal network. The objective was to bring the university closer to these schools during the Scientific Show.

Palavras-chave: Knowledge Building; Scientific knowledge; Popularization of Science.

Resumen

Las reflexiones aquí presentadas forman parte de la experiencia desarrollada en tres escuelas públicas de Juara en el momento de intervención de la Etapa Curricular del Curso de Pedagogía de UNINTER y que se presentaron en la VI Muestra Científica y Cultural del Valle del Arino que se realizó en la Plaza de los Comunes Los colonizadores de Juara, en los días 19 a 20 de octubre de 2017, organizada por el LEAL (Laboratorio de Estudios e Investigaciones de la Diversidad de la Amazonía Legal / CNPq / Unemat). Este texto presenta experiencias pedagógicas de tres escuelas públicas de Juara, siendo dos de la red estatal y una municipal. El objetivo fue aproximar la universidad de esas escuelas durante la Muestra Científica.

Palabras clave: Construcción del conocimiento; Conocimiento científico; Popularización de la Ciencia.

¹ Licenciada em Geografia e Pedagogia. Bacharel em Geografia e Administração. Mestre e Doutora em Geografia. Pós-Doutora em Educação. Líder do grupo de Pesquisa Leal.



Introdução

As experiências científicas e pedagógicas desenvolvidas na Escola Estadual José Dias que se dedica à Educação de Jovens e Adultos, foram desenvolvidas na disciplina de Sociologia e apresentadas na VI Mostra Científica e Cultural do Vale do Arinos, organizada pelo LEAL (Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal/CNPq/Unemat). Compreendendo a importância desta temática na educação do Vale do Arinos, o ensino de Sociologia tem contribuído com a elaboração de diferentes visões sobre a formação do Município de Juara, frente às concepções de memória, imagens e relações educativas que foram sendo constituídas ao longo da história e dos sujeitos que a compõem. A metodologia utilizada foi a de aulas expositivas e trabalhos de pesquisa, com o objetivo de contribuir com a manutenção da memória como forma de preservação da identidade e do território do Vale do Arinos. Foi desenvolvida a experiência da construção da peteca com uma turma do Ensino Fundamental da Escola Estadual “Luiza Nunes Bezerra”, em Juara/MT, de forma interdisciplinar, utilizando-se da metodologia de rodas de conversas com mães e avós de alunos/as e professores/as da escola. Todos/as estiveram na Praça, durante a VI Mostra, apresentando para a sociedade a experiência, onde foi possível trabalhar a peteca de forma interdisciplinar, utilizando-se da roda de conversa. Esta experiência pedagógica teve a finalidade de trabalhar o corpo, visto que a peteca é utilizada em jogos corporais. Esta foi uma experiência riquíssima, pois envolveu os/as estudantes que produziram petecas para toda a escola. As petecas produzidas foram doadas no dia das crianças para a turma e demais crianças com a presença das mães e avós que participaram do projeto. A terceira escola onde foi desenvolvida experiência foi a Escola Municipal “Costa e Silva”.

A metodologia utilizada foi de cunho dialógico, utilizando-se do Círculo de Cultura, conforme ensina Freire (2011), pois permite a troca de experiências. A disciplina de Sociologia tem permitido o diálogo com algumas das pessoas que foram os primeiros moradores deste território pós-colonização da década de 1970, utilizando-se da pedagogia investigativa e da história oral. Fazendo uso da aplicação de instrumento de coleta de dados específicos para a observação do alcance dos objetivos. As Tecnologias da Informação e Comunicação têm sido utilizadas como ferramentas de divulgação e debates de ideias, como canal alternativo e interativo com a população local, sensibilizando-os para as questões e memórias ambientais através do mundo digital.



Assim, destacamos a ênfase nas quatro etnias indígenas que compõem, originalmente, este território, que são: os Munduruku, Apiaká, Kayabi e Rikbaktsa. Estes povos têm sido importantes colaboradores e depoentes da história, da memória e de identidades, e ainda, dos conflitos, dos encaminhamentos e do empoderamento deste território.

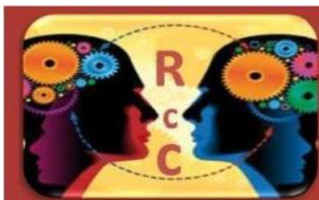
O trabalho desenvolvido pela disciplina de Sociologia articula a construção de um conhecimento histórico-cultural que ultrapassa a leitura e o discurso recorrente da formação deste município e do Vale do Arinos, assim como, de processos habitacionais na região somente e, principalmente, pelo movimento migratório.

Revisitando a ocupação do Município de Juara

O Município de Juara é formado, conforme documentos oficiais, por processos migratórios que estão associados às políticas de desenvolvimento do País, da década de 1970, com o Plano de Integração Nacional (PIN), o mesmo teve como finalidade a ocupação da Amazônia Legal. Tratou-se da ocupação dos espaços considerados “vazios”, e, para isso, os acontecimentos foram registrados pelo deslocamento de migrantes para diversas regiões da Amazônia, entre eles, o Estado de Mato Grosso. O processo migratório foi cada vez mais fortalecido, isso é registrado com o surgimento de programas que viabilizassem, com maior rapidez, os processos ocupacionais, e, é nesse contexto, que em 1971 surge o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) (PEREIRA, 2011).

O Município de Juara, pertence à bacia Amazônica e está localizada na região noroeste do Estado, distante 698 km de Cuiabá, capital de Mato Grosso, com uma área territorial de 21.492 km². Juara tem seus limites com os Municípios de Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Alta Floresta, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Brasnorte, Castanheira, Nova Maringá e Juruena. Juara faz parte da microrregião do Vale do Arinos, que é composto por quatro cidades: Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã. Juara se tornou a maior de todas elas.

A criação de Juara aconteceu em 1971, por meio da iniciativa privada de colonização, pela Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica (SIBAL). No ano de 1971, no tempo da ditadura militar, a SIBAL comprou:



[...] 35.114 ha. de terras, denominadas Gleba Taquaral, que ficavam localizadas no município de Porto dos Gaúchos, a aproximadamente 50 km da área que viria a se chamar Juara. Essas terras eram de propriedade de Valdemar Sprang, residente em Londrina, cujo título era fruto de requerimento de terras devolutas do Estado, datado de 1940 (SAN'TANA, 2009, p. 19).

Uma das primeiras atividades econômicas ocorreu com o plantio de lavoura de café. Na sequência, foram feitos investimentos de infraestrutura, como as construções de pontes e estradas, visando facilitar o processo migratório.

A SIBAL que colonizou este território foi um instrumento para executar os projetos, subordinando-os às suas políticas e fortalecendo-se, na medida em que a empresa privada se tornava parte do aparelho executivo. As empresas colonizadoras são executoras de projetos, pois recebem o apoio do Estado por meio de órgãos burocráticos. Elas deveriam atuar na produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional. E é nesse âmbito que a SIBAL, de propriedade do Sr. José Paraná, pode negociar terras no Noroeste do Estado de Mato Grosso.

O projeto apresentado pela colonizadora SIBAL foi um dos aprovados pela SUDAM nas áreas de interesse do PIN, com financiamento e apoio técnico do INCRA e do Banco do Brasil:

Em Juara o processo se iniciou com a divisão em lotes e a compra de propriedades com carência de três anos e prazo de 10 anos para pagar, a juros de 8,0% ao ano. Fazia parte do pacote de financiamento o fornecimento de recursos para a construção da casa da família e para o custeio da primeira lavoura na nova propriedade, sendo exigido como requisito que a área a ser adquirida fosse superior a 25 alqueires e que o produtor deixasse intocada a floresta em pelo menos 50,0% da propriedade. Essas condições eram bastante atraentes para os interessados em se estabelecer na região [...]. No primeiro semestre de 1973 foi dado início à execução do referido plano de colonização, com a construção de uma estrada com 50,00 km de extensão, ligando Porto dos Gaúchos à mesma, seguida do levantamento topográfico das suas águas e da subdivisão dos lotes rurais, com área média de 50,0 alqueires cada, sendo então demarcadas as respectivas divisas e abertas as estradas secundárias de acesso a eles (Gênese do Município, Plano Diretor Municipal de Juara, apud SAN'TANA, 2009, p. 21).

Assim, durante o regime militar, as empresas colonizadoras emergiram numa relação de intermediárias do Estado com a agricultura. Isto se configurou em meio a muitas contradições impostas pelo modelo de modernização agrícola vigente no País.

É preciso salientar que a colonização foi uma estratégia rápida que o Estado encontrou para ocupar a fronteira amazônica e não fazer a Reforma Agrária (TAVARES DOS



SANTOS, 1993). Com a propaganda feita no sul do País, muitos trabalhadores se dirigiram para o noroeste do Estado de Mato Grosso, com a finalidade de tentar a vida e enriquecer. Se hoje não existe a preocupação com o ambiente, na década de 1970, muito menos.

Com o apoio inequívoco do Governo Federal, em Janeiro de 1972, implantou-se a vila, a qual, em 25 de julho de 1974, elevou-se à categoria de Distrito do Município de Porto dos Gaúchos. É preciso destacar, porém, que muitas foram as dificuldades, as vias de escoamento, inclusive hoje é um problema, mas, na década de 1970, era muito pior.

Assim, foi construída Juara, uma cidade que chama a atenção pela rápida ocupação e pelo dinamismo, sobretudo, pelas práticas coronelistas ainda vigentes no território. Os problemas inerentes a esse território não estão sendo apontados aqui com base no senso comum, e sim, com suporte em estudos feitos pelo próprio governo do Estado, que apontam, entre as tantas ameaças a esse território, a Degradação ambiental provocada por queimadas e uso indiscriminado de defensivos agrícolas.

Sobre a fraca consciência política e o coronelismo, são bem visíveis estas características no espaço de Juara, pois, de acordo com San'tana (2009), no discurso das lideranças, parece que a cidade é homogênea, tudo vai muito bem, não existem conflitos, no entanto, essa tentativa de homogeneidade é a expressão mais visível do desrespeito às opiniões divergentes, sobretudo, no que tange às questões ambientais. Os professores que tentaram participar das discussões que envolviam o Zoneamento Sócio Ambiental no Município, foram chamados de bruxos e bruxas, pessoas que “não tem bicho no pé”, (www.radiotucunare.com.br), os veículos de comunicação, *sites*, rádios e TVs, expressam um pensamento único, “onde tudo o que se vê nas ruas já ocupa um lugar em um processado e oficial modelo de informação, que rotula, direciona e cataloga” (SANT'ANA, 2009, p. 14).

Por isso, o intento de tentar desmistificar a cidade homogênea, no entanto, esta não é uma tarefa simples, mas não deixa de ser um desafio. O silêncio também explica o *boom* do crescimento da cidade por meio da grilagem de terra, permitida pelo coronelismo presente. Muitos vieram no intento de enriquecer e se decepcionaram. O silêncio e o medo se explicam pelo momento histórico, auge da ditadura militar. A economia de Juara, nas décadas de 1970 até meados dos anos 1990, baseava-se quase que exclusivamente na indústria da Madeira.

Os fragmentos da dissertação da pesquisadora citada dão conta de demonstrar o quão difícil é pesquisar esse espaço e como acontecem os crimes ambientais, o silêncio nesse território é assustador.



Nesse contexto, dizemos que as histórias de migração, de ocupação, de resistência, são histórias de complexas interconexões, porque inter-relacionam migração, comunidades étnicas, formação e desenvolvimento local. Os processos de resistência dos povos que já estão no lugar e dos grupos migratórios que depois os compõem, sofrem conflitos que vão além destes grupos, que se inserem em processos políticos muito mais amplos, muitas vezes, não compreendidos.

Construção do conhecimento na Escola Municipal Costa e Silva

A segunda experiência pedagógica foi desenvolvida na Escola Municipal “Presidente Costa e Silva”, com uma turma de Educação Infantil (Pré II A), e foi apresentada na VII Mostra Científica e Cultural do Vale do Arinos. Tem o objetivo de sensibilizar as crianças para a alimentação saudável e a segurança alimentar.

A metodologia utilizada foi a Roda de Conversa, pois permite a troca de experiências, é possível observar que mesmo sendo crianças de cinco e seis anos de idade, todos/as já apresentam opinião formada sobre diversos assuntos, inclusive, a alimentação, pela influência que recebem no seio de sua família, neste caso, o/a professor/a é apenas o/a mediador/a do conhecimento, como é a intenção da Roda de Conversa ensinada por Paulo Freire.

A Roda de Conversa é uma metodologia prazerosa, aprende-se trocando ideias e experiências. Ao mesmo tempo em que falamos sobre a alimentação do lanche, por exemplo, quando perguntamos sobre o salgadinho, se é uma alimentação saudável, uns respondem que sim, outros que não. Mas é uma metodologia participativa, o papel do/a professor/a, como ensina Freire, é o de mediar o conhecimento.

Acreditamos que o curso de Pedagogia permite sermos docentes com a prática que se exige de nós: reflexão, rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporificação das palavras pelo exemplo, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a sua prática e, por fim, o reconhecimento e a assunção da identidade cultural (FREIRE, 2016).

Na pedagogia da autonomia, no seu capítulo terceiro, Freire (2016), fala que ensinar é uma especificidade humana e no subtítulo 3.6, ele diz que ensinar exige saber escutar. A arte da escuta é muito utilizada na Roda de Conversa e no Círculo de Cultura, pois se queremos



construir uma sociedade dialógica, onde um respeita o outro, temos que escutar e ensinar a escutar desde cedo:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar*, mas é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele*, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar positivamente. Até quando, necessariamente, fala *com* ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma *fala com ele* (FREIRE, 2016, p. 111).

O professor, como nos ensina Freire (2015), é o sujeito que ao mesmo tempo em que ensina também aprende. Este pensamento de Freire é fundamental na educação brasileira, concordamos com ele quando diz que o diálogo é imprescindível e na Educação Infantil aprendemos também a dialogar com os alunos.

Freire (2015) continua ensinando que no exercício da prática docente, de forma dialógica, é imprescindível o falar ao educando, também de falar a ele e com ele, de ouvir o educando e ser ouvido por ele, pois,

Do momento em que falamos ao educando ao momento em que falamos *com* ele; ou da necessidade de falar ao educando à necessidade de falar com ele ou ainda: é importante vivermos a experiência equilibrada, harmoniosa, entre falar ao educando e falar *com* ele. Quer dizer, há momento em que a professora, enquanto autoridade, fala ao educando, diz o que deve ser feito, estabelece limites sem os quais a própria liberdade do educando se perde na licenciosidade, mas estes momentos, de acordo com a opção política da educadora, se alternam com outros em que a educadora fala com o educando (FREIRE, 2015, p. 83).

Experiência pedagógica de produção de peteca e troca de saberes através da roda de conversa

Para o desenvolvimento desta experiência foi utilizada a interdisciplinaridade, conforme Fazenda (2008) contribui com o trabalho de várias áreas do conhecimento. A peteca propicia o trabalho com a educação física, artes, cultura, matemática, língua portuguesa. À medida que o círculo de cultura vai acontecendo, estamos trabalhando a oralidade com a



criança. Assim como se trabalha a geografia, pois ao jogar a peteca, se aprende sobre a organização do espaço bem como o controle de jogo.

Ao jogar peteca, estimulando a competição saudável, a matemática que está em tudo aparece, pois é preciso contar os pontos. A peteca é levantada para cima e a outra criança do jogo golpeia de um lado para o outro do espaço. Tem-se a meta de derrubar a peteca da outra criança, este jogo pode ser jogado de forma individual ou em duplas.

Para fundamentar esta experiência pedagógica procuramos saber a origem da peteca. Em Singapura, a peteca é popular na Educação Infantil. No Brasil, é muito utilizada por povos indígenas da região centro-sul. Sendo possível dizer que a peteca estava presente na cultura dos índios brasileiros, mesmo antes da chegada dos portugueses.

A peteca foi utilizada por crianças e moças brancas e negras no Brasil colonial. Ao estudar a história da peteca nos deparamos com a presença marcante dos povos indígenas, que ao longo de cinco séculos passaram por processo de dizimação, de perdas de identidade e território e, que atualmente, vem sofrendo muito preconceito. Mesmo sendo quase dizimados ao longo da história brasileira, segundo o IBGE, os indígenas ainda compreendem uma população de 800.000 pessoas, presentes em todas as regiões do Brasil, um percentual insignificante (BERGAMASCHI, 2012, p. 07). No entanto, toda atividade pedagógica que possa colaborar para que nossas crianças conheçam um pouco dos povos indígenas, até para que possam respeitá-los, sobretudo, porque no território juarense temos a presença de três povos indígenas na Terra Indígena Apiaka-Kayabi, que são os Apiaká, Kayabi e Munduruku, além dos Rikbaktsa, que estão em outra TI, mais próxima a Juína. Como nos ensina a autora, “O respeito aos povos indígenas supõe conhecê-los, a fim de reconhecê-los nos seus modos de viver” (BERGAMASCHI, 2012, p. 07).

Nesse sentido, ao trabalhar com a Roda de Conversa ou Círculo de Cultura, estamos referendando a nossa história e “O domínio da existência e o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade” (FREIRE, 2015, p. 108).

Essa prática e o exercício pedagógico libertador com nossas crianças e as várias gerações que se empenharam nesta experiência, fizeram com que buscássemos, não só a história da peteca, mas saber como ela é confeccionada, para poder ensinar. Primeiramente, é confeccionada de forma artesanal, com penas de aves domésticas, palha de milho e pequenas pedras. Sendo que aprendemos que,



A peteca foi uma invenção dos povos indígenas da região central do Brasil. Era um instrumento usado na recreação de diversas sociedades indígenas antes mesmo da chegada dos europeus à América do Sul. Acredita-se que a princípio os índios jogavam com um material feito com pedras envolvido em folhas de árvore, amarrados numa espiga de milho. Sendo um objeto conhecido por diversas tribos, “a peteca ganhou diferentes denominações em sociedades distintas: paopaó para os Bororos, jitayhy’gi para os Parintintins, ñaña ou ñagna para os Kaiangangs, manga para os Guarani e tobda’é para os Xavantes” (HORDONES, apud RODRIGUES et. al., 2015, p. 02).

Com o passar dos tempos com a vinda dos portugueses e a mistura com os indígenas, o artefato Peteca foi ganhando contornos pedagógicos, até chegar na escola, para ser usada de forma lúdica, muito mais pelos professores de Educação Física, mas também, por professores de outras áreas do conhecimento. No dicionário, a peteca é apresentada como um “brinquedo composto por uma pequena base arredondada, com penas espetadas, lançado para o ar por golpes com a palma da mão” (HOUAISS, 2012, p. 597).

Ao trabalhar com a peteca o professor está trazendo a nossa história, o trabalho com o artefato peteca já vem sendo trabalhado há alguns anos na Escola Estadual “Luiza Nunes Bezerra”, mas neste ano, a experiência pedagógica foi enriquecida com a participação de mães e avós de alunos/as e professores/as.

Na primeira Roda de Conversa que tivemos na escola, ficamos emocionados ao ouvir de uma mãe de professora, que muito contribuiu com a educação juarense e do Vale do Arinos, tanto como professora, mas também como gestora na Assessoria Pedagógica e no CEFAPRO (Centro de Formação de Professores de MT), de que estava emocionada, pois nunca se sentiu tão valorizada por estar contribuindo com a escola e, que lamentavelmente, era analfabeta, pois quando era criança e adolescente não teve a oportunidade de estudar. Casou-se cedo, dentro de uma relação patriarcal, o marido quase sempre intitula a propriedade da esposa, muitas vezes, não permite condições para o estudo.

Essa experiência pedagógica e lúdica permitiu assim, troca de saberes entre várias gerações, além do trabalho lúdico e o exercício de coordenação motora ao utilizar as mãos na construção de um “brinquedo sustentável e biodegradável que além de ser motivo de alegria de diferentes gerações não agride o meio ambiente” (RODRIGUES, et. al., 2015, p. 02).

O trabalho com a peteca ocorreu de forma interdisciplinar, com crianças da 1ª fase do 2º ciclo. Inicialmente, foi feita a pesquisa sobre a origem da peteca e a sua influência com a expressão corporal.



Finalizando a roda

Trata-se de um trabalho importante, pois os estudantes, à medida que o trabalho avança, tomam conhecimento de como este território foi construído, de forma que passam a valorizar a memória na preservação da identidade deste povo. Com a efetivação deste trabalho esperamos contribuir com um discurso diferente, um discurso não homogêneo, com uma tática de pluralidade, de oposição à unilateralidade, refazendo uma história que escreva a aceitação étnica e de migrantes na legitimação de identidades.

Trata-se de um trabalho importante, pois as crianças, à medida que o trabalho avança se conscientizam que alimentação é coisa séria e precisa de muita atenção. A Roda de Conversa permite também, o desenvolvimento da oralidade, conforme orientado inclusive, pela Secretaria Municipal de Educação de Juara.

Foi muito significativa a troca de saberes entre as diversas gerações que ajudam a construir a educação nesta escola, que tem se consolidado como uma referência no Vale do Arinos. Um simples trabalho pedagógico, por exemplo, como a construção da peteca, envolveu pesquisa e envolvimento de professores do grupo de pesquisa Leal (Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal/CNPq/Unemat). O envolvimento com a coordenação, direção da escola e professores, que estão, inclusive, de licença, mas, que não mediram esforços para contribuir. Depois das petecas confeccionadas, foram feitas atividades comemorativas para a entrega das petecas para as crianças. Todos/as os/as envolvidos/as participaram da VI Mostra Científica e Cultural do Vale do Arinos, espaço em que estas reflexões foram apresentadas.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas: Conhecer para respeitar. In: **Povos Indígenas & Educação**. BERGAMASCHI, Maria Aparecida, et. al. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Interdisciplinaridade – Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. In: **O que é interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOUAISS, Antônio. **Mini Houaiss: Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PEREIRA, Lisanil C. Patrocínio. **Ocupação do território mato-grossense e a recriação camponesa em áreas do agronegócio: O caso de Campo Verde e Tangará da Serra-MT.** (Tese de doutorado) Niterói-RJ:UFF, 2011.

RODRIGUES, Jailton Nunes, PRADO, Alethea Paula Lapa, ALVES, Denise Paulina, LOPES, Sibeli, DAMACENO, Eleni Lucia Jung. A troca de solidariedade com o brinquedo biodegradável “Peteca”. In: **IV Mostra Científica e Cultural do Vale do Arinos.** UNEMAT: Juara, 2015.

SANT’ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008).** Cuiabá: UFMT, 2009. Dissertação (mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, programa de pós graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **MATUCHOS, Exclusão e luta, do sul para a Amazônia.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.